

上訴案第 892/2017 號

日期：2019 年 5 月 30 日

- 主題：
- 量刑
 - 刑罰的選擇
 - 犯罪的預防
 - 自由決定空間
 - 精神損害賠償
 - 衡平原則

摘 要

1. 選擇非剝奪自由之刑罰需要對可適當及足以實現處罰目的予以論證。如果審判者認為科處罰金可充分及適當實現處罰的目的，則應選擇罰金，即優先科處非剝奪自由刑。
2. 在此，犯罪的預防的要求成為唯一考慮的因素。
3. 這種考量尤其是在經過直接原則以及口頭原則的前提下從嫌犯的人格特徵以及其生活、社會環境所形成的總體指標而得出的犯罪的預防的需要的判斷，仍然是審判者的自由決定的空間的範圍，上訴法院的介入仍然限於這種判斷的明顯不當以及明顯的錯誤的情況。
4. 《刑法典》第 40 條及第 65 條確立了量刑應考慮的因素和量刑的標準，法院在確定具體刑罰的時候必須按照行為人的罪過及刑事預防犯罪的要求，在法律所定的限度內為之，同時亦須考慮所有對行為人有利或不利而不屬罪狀的情節。在這裡，法院具有法律賦予的在法定的刑幅之內，依照案件中的所有的情節結合客觀標準的原則選擇一個合適的刑罰的自由，上級法院同樣只有在量刑明顯罪刑不當刑罰不合適的情況下才有介入的空間。

5. 對過失而產生的精神損害賠償或非物質損害賠償金額的訂定，由法官依公平公正原則作出，而法官只能根據每一個案中已證事實及具體情況作出考慮，而不可能以其他個案或判決中某個可量化的項目作為衡量精神損害賠償的指標，更不可能存在一計算精神損害賠償的公式。

裁判書製作人

蔡武彬

上訴案第 892/2017 號

上訴人：A

B

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院以普通訴訟程序控告嫌犯 A 為直接正犯，其既遂行為觸犯了：

- 澳門《刑法典》第 142 條第 3 款配合同一法典第 138 條 d) 項及《道路交通法》第 93 條第 3 款第 5 項所規定及處罰的一項「重過失嚴重傷害身體完整性罪」¹；
- 澳門《刑法典》第 142 條第 1 款配合《道路交通法》第 93 條第 3 款第 5 項所規定及處罰的三項「重過失嚴重傷害身體完整性罪」²；

(建議依據《道路交通法》第 94 條第 1 項之規定，科處嫌犯禁止駕駛之附加刑)

被害人 B (民事請求人) 針對 C 保險股份有限公司 (民事被請求人) 提出了民事賠償請求 (載於卷宗第 254 頁至第 259 頁，相關內容在

¹ 就犯罪定性的修正，可詳見相關的庭審筆錄。

² 同上註釋。

此視為完全轉錄) 請求賠償 : 1) 醫療費用 ; 2) 車租 ; 3) 正作收入的損失 ; 4) 傷殘率的損失 ; 5) 非財產損害等。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR2-16-0463-PCC 號案件中 , 經過庭審 , 最後作出了以下的判決 :

1. 嫌犯 A 作為直接正犯 , 其既遂及過失的行為已構成 :
 - 《澳門刑法典》第 142 條第 3 款配合同一法典第 138 條 d) 項及《道路交通法》第 93 條第 3 款第 5 項所規定的一項「重過失嚴重傷害身體完整性罪」(被害人為 B), 判處 2 年 2 個月的徒刑 , 作為附加刑 , 禁止嫌犯駕駛為期 1 年 ;
 - 《澳門刑法典》第 142 條第 1 款配合《道路交通法》第 93 條第 3 款第 5 項所規定的兩項「重過失傷害身體完整性罪」(被害人為 D 及 E), 每項判處 1 年 6 個月的徒刑 , 作為附加刑 , 每項禁止嫌犯駕駛為期 6 個月 ;
 - 《澳門刑法典》第 142 條第 1 款配合《道路交通法》第 93 條第 3 款第 5 項所規定的一項「重過失傷害身體完整性罪」(被害人為 F), 判處 1 年 8 個月的徒刑 , 作為附加刑 , 禁止嫌犯駕駛為期 9 個月 ;
2. 數罪並罰 , 合共判處嫌犯 3 年 6 個月實際徒刑的單一刑罰。
 - 維持對嫌犯所科處的各项附加刑 , 即禁止嫌犯駕駛合共為期 2 年 9 個月 (實際執行徒刑期間不計算在內) 。
 - 為着執行附加刑的效力 , 倘若判決轉為確定 , 嫌犯須於判決確定後 10 日內 (實際執行徒刑期間不計算在內) 將所駕駛文件交予治安警察局 (交通部) , 否則將構成「違令罪」(第 3/2007 號法律所核准的《道路交通法》第 121 條第 7 款及第 143 條) 。
 - 並提醒嫌犯如其在禁止駕駛期間駕駛 , 可構成「加重違令罪」(第 3/2007 號法律所核准的《道路交通法》第 92 條) 。
3. 判處 C 保險股份有限公司(民事被請求人) 支付民事請求人(B) 澳門幣 386,061.64 元 , 作為民事請求的財產及非財產損害賠償 , 以及由判決作出之日起計直至完全支付為止的法定利息。

- 駁回其他民事賠償請求。
- 4. 判處嫌犯繳納澳門幣 800 元，用於保護暴力犯罪受害人(1998 年 8 月 17 日頒佈的第 6/98/M 號法律第 24 條第 2 款的規定)。
- 5. 判處嫌犯負擔 10 個計算單位的司法費 (《法院訴訟費用制度》第 71 條第 1 款 a 項) 及負擔本案各項訴訟負擔。
- 6. 民事部分的訴訟費按敗訴比例支付。
- 7. 指派辯護人的費用訂為澳門幣 2,500 元，由嫌犯支付。
- 8. 依職權裁定嫌犯 A 須：
 - 向民政總署支付澳門幣 2,790 元的損害賠償；
 - 向證人 G 支付澳門幣 1,500 元的損害賠償；
 - 向仁伯爵綜合醫院/衛生局支付澳門幣 489 元的損害賠償。

上述賠償須連同由判決作出之日起計直至完全支付為止的法定利息。

嫌犯 A 以及民事原告 B 均不服判決，向本院提起了上訴，分別提出了以下的上訴理由。

- 嫌犯 A 的上訴理由載於卷宗第 510-542 頁的上訴狀中³。

³其葡文內容如下：

1. Imputa o ora recorrente à decisão recorrida, com a ressalva do muito respeito devido pelo Ilustre Colectivo, os vícios de erros de direito integrado no fundamento indicado no artº 400º, nº 1, do Código de Processo Penal – “quaisquer questões de direito de que pudesse conhecer a decisão recorrida” – no que concerne sobre vício por não aplicação da pena de multa do artigo 64º do Código Penal; no que concerne sobre vício na dosimetria da pena condenada; e no que concerne sobre a suspensão da execução da pena de prisão.
2. O douto acórdão padece do vício de violação da lei por não ter aplicado a pena de multa e aplicou uma pena de prisão efectiva ao ora recorrente.
3. O Código Penal de Macua, no seu art.º 40º determina que: “a aplicação de penas e medidas de segurança visa a protecção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade; a pena não pode ultrapassar em caso algum a medida da culpa; a medida de segurança só pode ser aplicada se for proporcionada à gravidade do facto e à perigosidade do agente”.
4. Nos termos do disposto no art.º 65º do Código Penal, “Se ao crime foram aplicáveis, em alternativa, pena privativa e pena não privativa da liberdade, o tribunal dá preferência

à segunda sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição”.

5. Dos quatro crimes cometidos pelo ora recorrente, todos, são aplicáveis, alternativamente, em penas de multa: “Artigo 142º do Código Penal: 1. Quem, por negligência, ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias. 2.... 3. Se do facto resultar uma ofensa grave à integridade física, o agente é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa”.
6. O Tribunal a quo decidiu aplicar a pena de prisão efectiva e não de multa levando em consideração do recorrente dos crimes negligentes cometidos no acidente viação, causou ferimentos que provocou perigo de vida para a vítima B e ferimentos para as outras vítimas.
7. em quebra do devido respeito, e lamentando a infelicidade que teve, não pode deixar de manifestar a sua discordância em relação à decisão da condenação da pena, pelas razões que, respeitosamente, passa a articular. Tratou-se, no caso, de uma condenação por crime negligente, isto é, um crime não doloso ou não intencional, isto é, um crime em que não há coincidência entre a representação e a vontade da pessoa e aquilo que objectivamente aconteceu, falta de coincidência essa que se fica a dever à violação de um dever de cuidado.
8. Daí decorre que, diferentemente do que ocorre nos crimes dolosos ou intencionais que a representação e a vontade do agente estão dirigidas à prática do resultado proibido.
9. Só a prática de crimes dolosos ou intencionais é adequado a exprimir a personalidade mal formada do agente, o mesmo se não passando nos crimes negligentes (devidos a falta de cuidado). Um acidente de viação não é nunca desejado, não tendo uma relação directa com a vontade do autor.
10. E o recorrente teve essa infelicidade, da qual retirou as devidas ilações e ensinamentos.
11. O recorrente, é uma pessoa nascida e crescida, fixado profissional e familiarmente, na RAME.
12. De como provado no duto Acórdão, o recorrente auferia mensalmente MOP\$10,900 e tem como encargos seus pais e é primário. Sendo certo, o recorrente tem ainda a sua custa uma irmã nova frequentando ora o curso universitário.
13. Em virtude do pai sofre cancro avançado desde 2016 pelo que a mãe deixou de trabalhar para poder acompanhar o pai permanentemente para a assistência médica, e o recorrente tornou-se a partir daquela data, a única pessoa que sustenta a alimentação de toda a família.
14. E na interpretação do crime apenas tem 22 anos de idade e habilitado a conduzir nem sequer para 6 meses desde a aprovação da carta de condução até o dia do acidente.
15. Do acidente causou lesão para as quatro vítimas especialmente ferimentos significantes para o lesado condutor B que careceu 3 meses de cura.
16. No entanto, compulsado um outro caso de acidente de viação conforme nos autos CR-15-0368-PCS e confirmado a decisão pelo acórdão do TSI referente aos Autos de Recurso Penal nº 94/2016, donde o infeliz lesado sofreu consequências ainda muito mais grave porque resultou que necessitasse de amputar ambas as pernas, ou seja provocou-lhe doença permanentemente grave e incurável; e perigo de vida, sendo os infractores condenados, respectivamente, com a pena de 1 ano e 9 meses de prisão, e 1 ano e 3 meses de prisão.
17. Entendemos, portanto, estarem verificados os pressupostos para que a pena encontrada seja de pena de multa, conforme dispõe o art.º 64º nº 1 do Código Penal, norma que foi violada pelo Tribunal a quo, pois, atendendo à personalidade do agente,

suas condições de vida pessoal e familiar, sua conduta anterior (sem antecedentes criminais), e posterior ao crime (o recorrente nunca procurou fugir à justiça) e as circunstâncias destes, ponderado com o grau da gravidade da consequência, especialmente comparado com o outro caso exposto, essencialmente da gravidade das lesões causadas, sendo de concluir, assim, que a pena de multa realiza de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

18. Aplicando os mesmos critérios da medida da pena pelo Tribunal recorrido, embora o recorrente não conforma e vai expor no capítulo a seguir, a pena parcelar para o crime cometido em relação a vítima B, uma pena parcelar de 260 dias de multa; em relação aos crimes negligentes cometidos em relação as vítimas Xie Limei e Bai Yuzhu, deverão a ser modificadas as penas parcelares a cada um, para 180 dias de multa; e finalmente relativamente ao crime cometido na pessoa da Liu Ling, numa pena parcelar modificada para 200 dias de multa.
19. E em cúmulo jurídico, nos termos do art.º 71º n.º 1 e 2 do Código Penal, devendo aplicar uma pena de multa compreendido de 260 a 600 dias de multa. Aplicando os critérios de escolha do ponto da moldura penal da pena aplicada ao recorrente pelo Tribunal recorrido, entende-se que usando os mesmos critérios que deveria ser aplicada uma pena de 310 de multa, e deverá ser fixada nos termos do art.º 45º do Código Penal a cada dia de multa não superior a MOP100.00 considerando a situação económica do arguido, já comprovado no douto acórdão.
20. Resulta do acórdão condenatório a condenação do ora recorrente em cúmulo jurídico condenado na pena de prisão efectiva e global de 3 anos e 6 meses de prisão.
21. Com o devido respeito, afigura-se desproporcionada as penas concretas aplicadas aos crimes de ofensas corporais involuntárias.
22. Tratam-se de crimes punidos, respectivamente, com penas abstractas parcelares que tem como escalão abstracto aplicável em conjugação com a agravante de negligência grosseira preceituada no art. 93º da L.T.R., na pena de prisão 1 ano e 7 meses a 3 anos no caso de ofensa grave à integridade física e 1 ano e 1 mês a 2 anos no caso de ofensas à integridade física.
23. O art.º 65º n.º 2 do mesmo diploma legal determina que o Tribunal, na medida da pena, atenda todas as circunstâncias que depuserem a favor ou contra do agente, considerando nomeadamente: o grau de ilicitude do facto, o modo de execução deste a gravidade das suas consequências, bem como o grau de violação dos deveres impostos ao agente; a intensidade do dolo ou da negligência; os sentimentos manifestados no cometimento do crime e os fins ou motivos que o determinaram; as condições pessoais do agente e a sua situação económica; a conduta anterior ao facto e posterior a este, especialmente quando esta seja destinada a reparar as consequências do crime; a falta de preparação para manter uma conduta lícita, manifesta no facto, quando essa falta deva ser censurada através da aplicação da pena.
24. Não pode deixar de manifestar a sua discordância em relação à decisão da condenação da pena e pelas razões já devidamente exposto.
25. Pois, tratou-se, no caso, de uma condenação por crime negligente, isto é, um crime não doloso ou não intencional.
26. O recorrente tem como encargos seus pais e é primário.
27. Na perpretação do crime apenas tem 22 anos de idade e habilitado a conduzir nem sequer para 6 meses desde a aprovação da carta de condução até o dia do acidente.
28. O recorrente é a única pessoa que sustenta a alimentação de toda a familiar.
29. Compulsado com o outro caso exposto, essencialmente da gravidade das lesões causadas, o grau de negligência e as condições de vida familiar que deixou exposto,

-
- propugna-se uma pena parcelar para o crime cometido em relação a vítima B, uma pena parcelar de 1 ano e 8 meses de prisão.
30. E em relação aos crimes negligentes cometidos em relação as vítimas Xie Limei e Bai Yuzhu, que apenas causaram ligeiras lesões que careceram, respectivamente, 3 e 5 dias para cura, deverão a ser modificadas as penas parcelares a cada um, para 1 ano e 2 meses de prisão;
31. E finalmente relativamente ao crime cometido na pessoa da Liu Ling, numa pena parcelar modificada para 1 ano e 4 meses de prisão.
32. E em cúmulo jurídico, aplicandos os critérios de escolha do ponto da moldura penal da pena aplicada ao recorrente pelo Tribunal recorrido, entende-se que usando os mesmos critérios que deveria ser aplicada uma pena de 2 anos e 8 meses de prisão.
33. Se o Tribunal *ad quem* não concordar aplicar a pena de multa ao recorrente, devendo também aplicar a suspensão da pena de prisão acima exposta também.
34. Ao critério da escolha da pena, a tendência na doutrina e jurisprudência vai no sentido de que os Tribunais Superiores devem, em sede de recurso, sindicar as operações de determinação ou a aplicação dos princípios gerais de determinação da pena e a falta de indicação de factores relevantes para esta, por parte dos tribunais.
35. Na determinação da pena que definitivamente deve ser aplicada do delinquente, o Tribunal, após identificar a moldura penal abstracta e verificar a moldura penal encontrada para cada um dos crimes tem que ser modificada devida a existência de uma circunstância modificativa atenuante ou agravante aplicando a pena em sentido restrito, tem que forçosamente confrontar-se com a escolha da espécie da pena a aplicar seguindo o critério que a lei lhe dá.
36. Prescreve o art.º 48º do Código Penal “O tribunal pode suspender a execução da pena de prisão aplicada em medida não superior a 3 anos se, atendendo à personalidade do agente, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior ao crime e às circunstâncias deste, concluir que a simples censura do facto e a ameaça de prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição”.
37. Como atrás exposto, apesar que os crimes cometidos foram em consequência do descuido do recorrente, mas não foi ele que quis nem houve intenção alguma.
38. O recorrente é primário, e na perpretação do crime apenas tem 22 anos de idade e habilitado a conduzir nem sequer para 6 meses desde a aprovação da carta de condução até o dia do acidente.
39. É o único que proporciona economicamente os encargos e meios subsistência dos pais, tendo o pai sofre de cancro avançado e que a irmã ainda está a estudar.
40. Não parece, em conformidade, que o sancionamento do agente com uma pena efectiva de prisão possa ser consequência da prática dos referidos crimes negligentes de ofensas a integridade física emergidos num só caso de acidente de viação que ninguém quis acontecer.
41. Perante assim especialmente as condições da sua vida e particularmente a vida familiar, é adequada à culpa do agente e suficiente para realizar a tutela dos bens jurídicos protegidos, crendo-se que seja suspensa a execução da pena de prisão agora proposta modificada (2 anos e 8 meses) por um período de 3 anos.
- Pedido, termos em que, o contando o douto suprimento de Vossas Excelências, deve ser:
- a) Dados por verificados os imputados vícios de violação de lei, e julgado procedente o presente recurso, e condenado o recorrente pelos cometidos negligentes cometidos a pena parcelar para o crime cometido em relação a vítima B, uma pena parcelar de 260 dias de multa; em relação aos crimes cometido em relação as vítimas Xie Limei e Bai Yuzhu, deverão a ser modificadas as penas parcelares a cada um, para 180 dias de

民事請求人 B 的上訴理由：

非財產損害賠償過低：

1. 除了應有的尊重外，上訴人並不認同載於原審法院判決書第 18 頁之關於民事損害賠償請求人之非財產損害賠償（澳門幣 120,000.00 元）之見解。
2. 如果討論原審法院所作之對上訴人之非財產損害賠償之裁判是否合適，需配合上訴人之身份背景、經濟狀況及因本案受傷狀況出發更為合理。
3. 上訴人現職威尼斯人司機，每月為 MOP\$14,620。（被上訴判決第 9 頁第 11 條獲證事實）
4. 原審法院判處非財產損害 MOP\$120,000 元予上訴人，亦即原審法院所裁判之非財產損害僅為上訴人月薪金額之約 8.21 倍。
5. 換言之，原審法院所裁判之非財產損害賠償僅為上訴人 8.21 個月的工作收入。
6. 根據被上訴判決之獲證事實，本案事故直接及必然地導致上訴

multa; e finalmente relativamente ao crime cometido na pessoa da Liu Ling, numa pena parcelar modificada para 200 dias de multa. E em cúmulo jurídico, nos termos do artº 71º nº 1 e 2 do Código Penal, devendo aplicar uma pena de multa compreendido de 260 a 600 dias de multa. Aplicando os critérios de escolha do ponto da moldura penal da pena aplicada ao recorrente pelo Tribunal recorrido, entende-se que usando os mesmos critérios que deveria ser aplicada uma pena de 310 de multa, e deverá ser fixada nos termos do art.º 45º do Código Penal a cada dia de multa não superior a Mop100.00;

- b) E se o Tribunal *ad quem* não assim entender, porém também por violação da lei na dosimetria da pena condenada a alterar a decisão condenada no sentido de condenar o recorrente, uma pena parcelar para o crime cometido em relação a vítima B, uma pena parcelar de 1 ano e 8 meses de prisão; e em relação aos crimes cometidos em relação as vítimas Xie Limei e Bai Yuzhu, as penas parcelares a cada um, para 1 ano e 2 meses de prisão; e finalmente relativamente ao crime cometido na pessoa da Liu Ling, numa pena parcelar modificada para 1 ano e 4 meses de prisão. E em cúmulo jurídico, aplicando os critérios de escolha do ponto da moldura penal da pena aplicada ao recorrente pelo Tribunal recorrido, entende-se que usando os mesmos critérios que deveria ser aplicada uma pena de 2 anos e 8 meses de prisão, e suspensão a sua execução por 3 anos.

Procedendo de um dos modos por que se requer, farão V.Ex^a.s, no entendimento do recorrente, boa e sã justiça!

人前顱底骨折，可疑蛛網膜下腔出血，右額部受傷，直至法醫進行鑑定之日，上訴人仍間有頭暈及雙上肢肌力輕度減弱，有關傷勢對上訴人身體完整性造成嚴重傷害（被上訴判決第 6 頁第 3 條獲證事實）：期後上訴人被評定的傷殘率（長期部份無能力）為 10%（頭痛 5%+記憶力下降 5%）。

7. 上述傷害尤其頭部傷害將終生陪伴著上訴人，直接使其頭痛及記憶力受損，以上訴人現年 58 歲而言，根據一般澳門居民最高工作年齡為 65 歲及一般壽命為 84.33 歲（此資料根據中華人民共和國全國第六次人口普查數據），上訴人可以繼續工作 7 年及生活 26 年，亦即是說，本案所導致的長期傷患將伴隨及困擾著上訴人繼續工作 7 年及生活 26 年。
8. 基於上訴人的 8.21 個月的工作收入即澳門幣 12 萬元根本不能與上述如此長年期的困擾相對稱，故此，上訴人不能認同原審法院所作之非財產損害賠償之裁判。
9. 同時，原審法院表示“因此，關於請求人所提出的工作損失，根據卷宗第 121 頁的法醫鑑定報告，雖然該報告表示請求人共需 3 個月時間康復，但同時表示“以其主診醫生判定之康復期為準”；因此，考慮到請求方已提交了相關的治療單據，反映請求人於 2015 年 11 月 5 日仍因是次意外的傷勢需要休息；故此，本院認為請求人所主張的工作損失（澳門幣 120,000 元）可以獲得認定。”（被上訴判決第 17 頁）
10. 亦即是說，原審法院認同上訴人因本案受傷至少需 6 個月 20 日（即 200 日）才能康復（2015 年 4 月 14 日至 2015 年 11 月 05 日）。
11. 以原審法院判處之非財產損害 MOP\$120,000.00 配合上述康復期（即 200 日）計算，上訴人因本案受傷的痛楚、不適、產生的負面情緒、住院期間的行動不便，每日非財產損害額僅為 MOP\$600.00 元，明顯不足夠彌補上訴人的上述狀況。
12. 另外，值得一提的是，現在澳門的通脹率正值高企，隨著年月的流逝，定額貨幣只能不斷地貶值。
13. 在本案中，支付上訴人非財產損害賠償其中一個目的是補償上

訴人基於本案所受的傷害，且這些傷害將困擾上訴人的餘生亦即如前所述的至少二十多年，從原審法院所裁判之非財產損害賠償僅為上訴人 8.21 個月的工作收入而言，似乎原審法院針對上訴人的非財產損害賠償金額所作裁判並沒有考慮本澳的高企通脹率。

14. 因此，上訴人認為原審法院訂定為 MOP\$120,000.00 (澳門幣壹拾貳萬圓) 的非財產損害賠償不符合《民法典》第 560 條之衡平原則之規定，考慮到上訴人所受的傷害程度及即將面對的通脹率，應改判上訴人獲得不低於 MOP\$700,000.00 (澳門柒拾萬圓) 的非財產損害賠償。

綜合所述，請求中級法院法官 閣下裁定本上訴理由成立，並宣告：

- 判處民事被聲請人須支付不低於 MOP\$700,000.00 (澳門柒拾萬圓) 的非財產損害賠償予上訴人。

檢察院就上訴人 A 所提出的上訴作出答覆，其內容如下：

1. 上訴人認為，原審法院沒有優先採用罰金刑，違反了《刑法典》第 64 條的規定。另外，上訴人又認為量刑過重，應合共判處上訴人 2 年 8 個月徒刑較為合適，並將徒刑暫緩執行，為期 3 年。
2. 經分析案的有關事實及情節，考慮上訴人的過失行為屬於重過失的犯罪，而且本案的被害人的數目眾多，當中更有一名被害人因上訴人的重過失行為導致生命有危險，因此，本院認為罰金刑未能使上訴人汲取教訓，銘記其犯罪行為為其個人所帶來的嚴重後果，亦未能達到處罰的目的。原審法院在本案中選擇非剝奪自由之刑罰是不適當亦不足以實現處罰之目的，原審法院判處上訴人徒刑是正確的。
3. 在具體量刑方面，《刑法典》第 40 條及第 65 條確立了量刑應考慮的因素和量刑的標準。原審法院在量刑時已經全面衡量了相關的因素，在被上訴的裁判中也清楚地指出了量刑的依據 (見卷宗第 486 背頁至 487 頁)。

4. 雖然上訴人初犯，但其在庭上保持沉默，未能反映出上訴人的悔意，因此沒有減刑的理由。另外，根據已證事實，上訴人沒有遵守強行停車符號的情況下駕駛輕型汽車駛出交匯處，導致發生交通意外，令四名被害人分別受到不同程度的傷害，情節十分嚴重。
5. 原審法院亦按照各名被害人的傷勢對上訴人的刑罰作出區分，因而分別判處上訴人 2 年 2 個月徒刑（被害人為 B）、1 年 6 個月徒刑（被害人為 D）、1 年 6 個月徒刑（被害人為 E）、1 年 8 個月徒刑（被害人為 F），不能謂之過重，有關量刑符合犯罪的一般及特別預防要求，四罪並罰後判處上訴人 3 年 6 個月徒刑，亦是適量的，並沒有過重的情況。
6. 緩刑方面，本案中上訴人被判處 3 年 6 個月徒刑，因此已不符合有關的形式要件。
7. 再者，倘上訴人獲改判 3 年或以下之徒刑，就是否對其給予緩刑，尚需考慮是否符合法律所規定的實質要件，即是否“能適當及足以實現處罰之目的”。
8. 本案中，考慮到上訴人在庭上保持沉默，未能顯示上訴人存有任何悔意，而且上訴人的行為屬於一個重過失的犯罪，導致被害人 B 身體受到極嚴重的傷害，更曾經有生命的危險，過錯程度十分高。
9. 另外，在一般預防方面，隨着澳門經濟和社會的發展，澳門人口及車輛大幅增加，太多駕駛者不注意交通規則，導致交通事故頻發，令道路使用者的身體完整性造成危險。本案中，上訴人更是在沒有遵守強制停車符號的情況下撞到被害人 B 駕駛的計程車繼而導致本案中的四名被害人受傷，造成不可補救的結果。
10. 考慮到本案的具體情況和澳門社會所面對的現實問題，尤其是對上訴人所犯罪行進行特別預防及一般預防的迫切需要，本院認為僅對事實作譴責並以徒刑作威嚇，不能適當及不足以實現處罰之目的，上訴人的刑罰不應暫緩執行。
11. 綜上所述，本院認為，上訴人的上訴理由不成立，應予以駁回！

民事被請求人 C 保險有限公司就上訴人 B 所提出的上訴作出答覆，其內容如下：

1. 民事被請求人不認同上訴人在結論中提出之各項請求及其理據，並認為經綜合卷宗內所有證據及按照本案之具體情況所見，原審法院裁定之非財產損害賠償金額屬合理及適度，符合過往司法見解通常所採用的賠償標準，因此沒有違反任何法律規定或原則。
2. 正如普遍的司法見解所認同者，非財產損害金額的訂定由法官依公平正原則及遵循衡平的標準，考慮每一個案的具體情節，衡量責任人的過錯程度，責任人和受害人的經濟狀況，以及司法見解通常所採用的賠償標準等等，而不可能存在一計算精神損害賠償的公式，故此，非財產損害的計算不應單純如上訴人所指以上訴人的每月工作收入作為計算基礎或評價準則。
3. 況且，本案所涉及的是對過失而產生的精神損害賠償金額的釐定，根據《民法典》第 487 條及第 489 條之規定，損害賠償金額（包括非財產損害賠償）可由原審法院按衡平原則以低於所生損害的金額定出又或予以縮減。在有關裁決中沒有明顯錯誤的情況下，根據中級法院第 48/2013 號合議庭裁判之司法見解：“原審法院在依照衡平原則確定賠償金額的時候，上級法院在其沒有明顯錯誤的情況下，並沒有介入的空間。”。
4. 此外，需指出的是，根據《民法典》第 487 條之規定，在依照衡平原則訂定損害賠償金額時，除應考慮受害人的經濟狀況，亦應考慮行為人的經濟狀況。
5. 正如終審法院在第 32/2009 號合議庭裁判中所指：“根據第 487 條的規定，當有關之責任是基於純過失時，除了規範所規定的情況外，只要行為人和受害人的經濟狀況能提供合理之依據，即可訂定出低於所造成的損害的價值的賠償金額。原則上，為著上列結論所提到的效力（對行為人和受害人經濟狀況的考量），當行為人的經濟狀況愈好時賠償額就愈低。”
6. 儘管本案中之交通意外之損害賠償責任基於保險合同而移轉

予民事被請求人，但亦不妨礙在訂定非財產損害賠償之金額時亦應依法考量行為人（即本案嫌犯）的經濟狀況：根據經原審法院公開審理查明之事實中所見，嫌犯之每月收入僅為澳門幣10,900元，且需要照顧父母。而從非財產損害賠償的金額所見，該金額已相當於嫌犯的差不多一整年的工作收入。

7. 再者，原審法院在裁定上訴人有關工作能力之喪失之賠償金額方面，經已對上訴人之工作收入及按一般退休年齡計算出的餘下的工作年數予以考慮，故在訂定非財產損害賠償金額時不應再重複考慮。
8. 至於有關上訴人提出之澳門人均壽命為84.33歲之主張，乃是上訴人在本上訴中方提出的論據，此前於民事賠償請求書以至整個一審程序中並未提及。故此，基於民事訴訟程序之處分原則，該主張在本上訴中不應予以考慮。
9. 最後，關於上訴人指原審法院針對上訴人的非財產損害賠償金額所作裁判並沒有考慮本澳通脹率方面，除對該主張給予應有之尊重外，民事被請求人認為有關主張欠缺道理，正如終審法院第86/2015號合議庭裁判當中指出，“非財產損害，由於涉及到不構成受害人之財產的利益，因此無法用金錢來衡量，但是可以通過向侵害人強加一項金錢債務的方式而得以補償，這個金錢債務更多的是一種慰藉，而不是賠償”，故此，該非財產損害賠償金額根本不應該與通脹率掛鉤。

綜上所述，基於被上訴裁判沒有存在上訴人所指之法律瑕疵，故請求法官 閣下裁定上訴人之上訴請求全部不成立。

駐本院助理檢察長提出法律意見書：

本案嫌犯A（以下稱為上訴人）不服初級法院作出的判決，向中級法院提起本上訴。

我們完全同意檢察院司法官在其對上訴理由闡述的答覆中所持的立場和觀點，認為上訴人所提出的上訴理由不成立。

在初級法院所作的判決中，裁定上訴人以直接正犯、既遂及過失的

方式觸犯一項澳門《刑法典》第 142 條第 3 款結合第 138 條 d)項及《道路交通安全法》第 93 條第 3 款第 5 項所規定及處罰的「重過失嚴重傷害身體完整性罪」(被害人為 B), 判處 2 年 2 個月徒刑, 作為附加刑, 禁止駕駛為期 1 年; 兩項澳門《刑法典》第 142 條第 1 款結合《道路交通安全法》第 93 條第 3 款第 5 項所規定及處罰的「重過失傷害身體完整性罪」(被害人為 D 及 E), 每項判處 1 年 6 個月徒刑, 作為附加刑, 每項禁止駕駛為期 6 個月; 一項澳門《刑法典》第 142 條第 1 款結合《道路交通安全法》第 93 條第 3 款第 5 項所規定及處罰的「重過失傷害身體完整性罪」(被害人為 F), 判處 1 年 8 個月徒刑, 作為附加刑, 禁止駕駛為期 9 個月; 數罪並罰, 合共判處 3 年 6 個月實際徒刑之單一刑罰, 以及禁止駕駛合共為期 2 年 9 個月 (實際執行徒刑期間不計算在內)。

在上訴狀的理由闡述中, 上訴人認為原審法院沒有對其優先選科非剝奪自由刑, 違反了《刑法典》第 64 條之規定, 被上訴判決因而存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款所規定的瑕疵, 即“適用法律錯誤而生之瑕疵”。此外, 上訴人指原審法院對其量刑過重, 認為針對被害人 B 的一種「重過失嚴重傷害身體完整性罪」, 應各判處 1 年 8 個月徒刑; 針對被害人 D 及 E 的兩項「重過失傷害身體完整性罪」, 應判處 1 年 2 個月徒刑; 而針對被害人 F 的一項「重過失傷害身體完整性罪」, 應判處 1 年 4 個月徒刑; 四罪並罰, 應合共判處 2 年 8 個月徒刑, 並應給予緩刑, 為期 3 年。

《刑法典》第 64 條對選擇刑罰種類作出了規定。按照該條文規定, 僅當非剝奪自由之刑罰未可適當或不足以實現處罰的目的時, 法院方可選擇剝奪自由之刑罰。

而具體量刑方面, 《刑法典》第 40 條及第 65 條確立了量刑應考慮的因素和量刑的標準, 並賦予法院在法定刑幅內的司法決定權。按照該等條文規定, 法院在確定具體刑罰的時候必須按照行為人的罪過及刑事預防犯罪的要求, 在法律所定的限度內為之, 同時亦須考慮所有對行為人有利或不利而不屬罪狀的情節。

上訴人為初犯, 但除此之外, 卷宗中並無任何其他對其特別有利的情節。

相反, 根據原審法院所認定的事實, 上訴人在一個晴天、路面乾爽

和交暢順的下午，當駛至有關交匯處時，明知該地點設有強制停車符號，也不遵守停車義務，撞及被害人 B 所駕駛的計程車，導致該名被害人嚴重受傷之外，還導致有關計程車上的三名乘客的身體遭受不同程度的傷害。上訴人未有遵守謹慎義務而觸犯本案所被指控的罪行，且上訴人在庭上保持沉默，顯示出其還未有對自己所實施的犯罪行為作出反省和後悔，因而對其犯罪特別預防的要求無疑需要相應提高。同時，考慮到上訴人所觸犯的犯罪屬本澳常見，屢禁不止，不但侵害了相關被害人的身體完整性，亦對其他道路使用者的生命和財產構成危險，尚對公共道路安全帶來負面影響，故對相關犯罪的一般預防的要求亦應相對較高。

因此，考慮到上訴人的罪過程度、所犯罪行的性質及其嚴重性、案件的具體情節，並綜合考慮犯罪預防的需要，我們認為，僅對其處以非剝奪自由的刑罰明顯不適當及不足以實現處罰的目的，故原審法院選科徒刑的決定，完全符合《刑法典》第 64 條的規定，故被上訴判決並不存有《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款所規定的瑕疵。

在量刑方面，原審法院對上訴人觸犯的一項「重過失嚴重傷害身體完整性罪」、兩項「重過失傷害身體完整性罪」，以及一項「重過失傷害身體完整性罪」分別判處 2 年 2 個月、1 年 6 個月和 1 年 8 個月徒刑，數罪的抽象刑幅上下限大約均為五分之二，考慮到案中相關情節及其他須考慮的因素，有關刑罰已屬較輕，無任何過重之虞，因此沒有違反《刑法典》第 40 條及第 65 條的規定。

此外，上訴人亦認為應給予其緩刑。

根據《刑法典》第 48 條第 1 款的規定，經考慮行為人的人格、生活狀況、犯罪前後之行為及犯罪之情節，認為謹對事實作譴責並以監禁作威嚇可適當及足以實現處罰之目的者，法院得將科處不超逾三年之徒刑暫緩執行。

考慮到上訴人觸犯了一項「重過失嚴重傷害身體完整性罪」及三項「重過失傷害身體完整性罪」，而被原審法院合共判處 3 年 6 個月徒刑，明顯不符合獲得緩刑的形式要件，故應實際執行其被判處的刑罰。

即使上訴人獲改判 3 年以下的徒刑，就是否給予其緩刑，還需考慮是否僅對上訴人所作的犯罪事實作譴責並以監禁作威嚇已經可適當地和充分地實現懲罰的目的。

眾所周知，科處刑罰的目的在於保護法益及使犯罪行為人重新納入社會。(《刑法典》第 40 條第 1 款)

如上所述，上訴人雖為初犯，但其在路面情況良好的情況下，明知在案發地點應強制停車但任意妄為，其嚴重過失導致所駕駛的車輛撞向載有 3 名乘客的計程車，令 4 名被害人的身體受到不同程度的傷害，包括其中 1 名被害人嚴重受傷。上訴人不遵守駕駛者應有的獲慎義務而釀成本案之嚴重交通意外，從其對交通規則無視的態度和庭審時亦未承認過錯可知，其守法意識薄弱，且對自己的行為沒有一點悔改之心，對其將來行為實在難以抱有合理期望、希望他不再犯罪，重新納入社會的可能性。顯然，在本案中，透過給予上訴人緩刑的機會並不能達到對其科處的刑罰的目的。

因此，綜合考慮到本案的犯罪事實及情節，上訴人的人格，其犯罪前後的行為，我們認為，僅對事實作譴責並以監禁作威嚇明顯不足以實現本案對上訴人所作處罰的目的，應實際執行本案對其所判處的刑罰。

綜上所述，我們認為應裁定上訴人的上訴理由不成立，並維持原審法院所作出的判決。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

- 2015 年 4 月 14 日下午約 2 時 59 分，嫌犯 A 駕駛一輛編號 ME-XX-X2 的輕型汽車沿宋玉生廣場車道行駛，方向由高美士街往長崎街，當駛至友誼大馬路近燈柱編號 51C01 號之交匯處時，嫌犯沒有遵守強制停車符號的情況下駛出交匯處左轉進入友誼大馬路，其車前方撞及一輛沿友誼大馬路行駛由 B 駕駛的編號 MG-XX-X0 之計程車左後方車尾，因而使計程車撞向停泊在路旁之輕型汽車及電單車，引致 B 及車內的三名乘客 D、E 及 F 受傷（參見卷宗第 7 頁之交通意外描述圖）。

- 意外後，B、D、E 及 F 被送往仁伯爵綜合醫院，經治療後，D 及 E 可出院，F 及 B 兩人須留院治療。及後，F 及 B 分別於 2014 年 4 月 22 日及 25 日出院，兩人出院後仍需覆診及繼續跟進治療。
- 上述事故直接及必然地導致 B 前顱底骨折，可疑蛛網膜下腔出血，右額部擦傷，直至法醫進行鑑定之日，B 仍間有頭暈及雙上肢肌力輕度減弱，有關傷勢對 B 身體完整性造成嚴重傷害，共需 3 個月康復。傷勢詳見卷宗第 121 頁的臨床法醫學意見書，為著適當的法律效力在此視為全部轉錄。
- 上述事故直接及必然地導致 D 身體多處軟組織挫瘀傷，有關傷勢共需 5 日康復。傷勢詳見卷宗第 122 頁的臨床法醫學意見書，為著適當的法律效力在此視為全部轉錄。
- 上述事故直接及必然地導致 E 身體多處軟組織挫擦傷，有關傷勢共需 3 日康復。傷勢詳見卷宗第 123 頁的臨床法醫學意見書，為著適當的法律效力在此視為全部轉錄。
- 上述事故直接及必然地導致 F 右側恥骨上肢骨折，有關傷勢共需 3 日至 6 個月康復。傷勢詳見卷宗第 152 頁的臨床法醫學意見書，為著適當的法律效力在此視為全部轉錄。
- 同時，事故亦導致 B 所駕駛編號 MG-XX-X0 的計程車車頭、左右兩側車身及車尾損毀、XXX 編號 MS-XX-X2 的輕型汽車車頭及右邊車身花損、XXX 編號 MK-XX-X7 的輕型汽車車尾及右邊車身損毀、XXX 編號 CM-XXXX5 的電單車嚴重損毀、G 編號 MM-XX-X4 的電單車左右兩側車身及車頭花損、XXX 編號 MN-XX-X3 的電單車車身花損及右側倒後鏡損毀、XXX 編號 CM-XXXX7 的電單車左右邊車身花損及前叉損毀(詳見卷宗第 52 至 68 頁及第 117 頁之圖片)。
- 事件中分別引致 F、E 及 D 在仁伯爵綜合醫院產生陸佰陸拾玖元、肆佰捌拾玖元及貳仟柒佰陸拾叁元的醫療費用。同時，亦導致民政總署設置在現場的六米鐵欄、三米石壘及一棵樹損毀，維修費用為澳門貳仟柒佰玖拾元。
- 交通事故發生時晴天，日間光線充足，路面乾爽，交通流量暢

通。

- 嫌犯明知上址設有強制停車符號，在駛入該交匯處前應遵守停車義務，在安全的情況下才可進入交匯處，以避免發生意外。而在案發時，嫌犯沒有小心駕駛，其本應注意且能注意，但未注意到 B 所駕駛的計程車，違反了謹慎駕駛義務，導致事故發生，並對 B 的身體完整性造成嚴重傷害，以及對 D、E 及 F 的身體完整性造成傷害。
- 嫌犯是在自由和有意識的情況下作出上述行為，且知悉其行為是澳門律所禁止和處罰的。

此外，還查明：

- 嫌犯表示具有高中畢業的學歷，服務員，每月收入為澳門幣 10,900 元，需要照顧父母。
- 根據嫌犯的最新刑事紀錄顯示，嫌犯屬於初犯。

民事請求部分還查明：

- 1) 嫌犯所駕駛之汽車（車牌編號 ME-XX-X2）已向民事被請求人購買了民事責任保險，保單編號為 LFH/MPC/2014/XXXXXX/001，每起事故最高賠償保額為澳門幣 1,500,000 元（卷宗第 403 頁）。
- 2) 請求人受傷後，被送往仁伯爵綜合醫院進行治療，其後轉往鏡湖醫院門診隨訪。
- 3) 請求人在仁伯爵綜合醫院及衛生局所花費的治療費用合共為澳門幣 9,420.40。
- 4) 請求人隨後轉到鏡湖醫院繼續接受治療，所花費的治療費用合共為澳門幣 17,380。
- 5) 案發時，請求人任職的士司機，其承租之的士（車牌編號 MG-XX-X0），每月租金為港幣 10,500。⁴
- 6) 意外發生後，請求人在受傷期間（由案發起至 2015 年 11 月 5 日）無法繼續駕駛的士，的士租金方面，請求人仍需

⁴ 庭審期間請求人更正了有關的聲請金額，詳見相關的庭審筆錄。

支付 2015 年 4 月 15 日至 2015 年 6 月 30 日期間的車租。

- 7) 被請求人已向請求人支付了合共澳門幣 9,775 元的車租損失。
- 8) 扣除被請求人所支付的上述租金後，請求人仍受有合共澳門幣 17,623 元的車租損失。
- 9) 案發時請求人每月平均收入為澳門幣 18,000 元（純收入，已扣除車租等其他駕駛開支）。
- 10) 請求人被評定的傷殘率（長期部分無能力）為 10%（頭痛 5%+記憶力下降 5%）。
- 11) 請求人於 2016 年 10 月 4 日起於威尼斯人澳門股份有限公司任職 GUEST SERVICE AGENT，主要職務為駕駛 VIP 車輛接載客人，月薪為澳門幣 14,620 元。
- 12) 請求人於 1959 年 X 月 X 日出生。
- 13) 請求人因是次交通意外而受到痛楚、不適，並出現負面的情緒狀況。
- 14) 請求人在住院期間曾出現行動不便的情況，需要家人照顧。
- 15) 被請求人已因是次交通意外支付了卷宗 404 頁至第 423 頁之賠償，合共澳門幣 135,716 元。

未能證明的事實：

- （刑事部分）沒有。
- （民事部分）：
 - 請求人在其受傷期間將所承租之的士轉租予其他人使用。
 - 民事請求狀及民事答辯狀中與上述已證事實不符的其他事實。

三、法律部份

本程序由兩個上訴，一個是嫌犯對原審法院的有罪判決就刑罰方面

提起上訴，一個是民事原告就原審法院的民事損害賠償部分的決定提起上訴。

嫌犯上訴人在上訴狀的理由中，認為，首先，原審法院的判決沒有對其優先選科非剝奪自由刑，違反了《刑法典》第 64 條的規定；其次，原審法院對其量刑過重，認為針對被害人 B 的一種「重過失嚴重傷害身體完整性罪」，應各判處 1 年 8 個月徒刑；針對被害人 D 及 E 的兩項「重過失傷害身體完整性罪」，應判處 1 年 2 個月徒刑；而針對被害人 F 的一項「重過失傷害身體完整性罪」，應判處 1 年 4 個月徒刑；四罪並罰，應合共判處 2 年 8 個月徒刑，並應給予緩刑，為期 3 年。

民事原告僅就原審法院的謹慎損害賠償的決定提起上訴，認為確定的金額過低，應改判上訴人獲得不低於 MOP\$700,000.00 的非財產損害賠償。

我們看看。

（一） 罰金刑

《刑法典》第 64 條對選擇刑罰種類作出了規定。按照該條文規定，僅當非剝奪自由的刑罰未可適當或不足以實現處罰的目的時，法院方可選擇剝奪自由的刑罰。

法律是清楚的：選擇非剝奪自由之刑罰需要對可適當及足以實現處罰目的予以論證。如果審判者認為科處罰金可充分及適當實現處罰的目的，則應選擇罰金，即優先科處非剝奪自由刑。⁵ 相反，這種優先選擇並不是基於法律規定的自動適用的機制，也必須在具體的每一個案件中作出對犯罪的預防的需要的衡量，如果法院認為這種悠閒的選擇並不能滿足刑罰的目的的時候，就不應該做出這個優先選擇。⁶

在此，犯罪的預防的要求成為唯一考慮的因素。這種考量尤其是在經過直接原則以及口頭原則的前提下從嫌犯的人格特徵以及其生活、社會環境所形成的總體指標而得出的犯罪的預防的需要的判斷，仍然是審

⁵ 參閱中級法院第 173/2000 號案件 2000 年 11 月 30 日的判決。

⁶ 參閱中級法院 2017 年 7 月 6 日第 330/2016 號案件，11/01/2018 在第 717/2016 號案件，於 31/01/2019 在 877/2018 號上訴案中的判決。

判者的自由決定的空間的範圍，上訴法院的介入仍然限於這種判斷的明顯不當以及明顯的錯誤的情況。

在本案中，原審法院考慮了上訴人的過失行為屬於重過失的犯罪，而且本案的被害人的數目眾多，當中更有一名被害人因上訴人的重過失行為導致生命有危險，而選擇非剝奪自由的刑罰是不適當亦不足以實現處罰之目的。這種選擇完全符合犯罪的預防的需要，這有這樣才足以使上訴人汲取教訓，銘記其犯罪行為為其個人所帶來的嚴重後果。

上訴人的這部分的上訴理由不能成立。

（二） 量刑及其緩刑

在具體量刑方面，《刑法典》第 40 條及第 65 條確立了量刑應考慮的因素和量刑的標準，法院在確定具體刑罰的時候必須按照行為人的罪過及刑事預防犯罪的要求，在法律所定的限度內為之，同時亦須考慮所有對行為人有利或不利而不屬罪狀的情節。在這裡，法院具有法律賦予的在法定的刑幅之內，依照案件中的所有的情節結合客觀標準的原則選擇一個合適的刑罰的自由，上級法院同樣只有在量刑明顯罪刑不當刑罰不合適的情況下才有介入的空間。

雖然，上訴人為初犯，但是，上訴人在庭審過程中，對所歸責的事實表示沉默，對此即使法院不能作出不利的解釋，也不可能作出有利的解釋，至少法院看不到或者至少嫌犯放棄了向法院表達悔意的機會。卷宗中並無任何其他對其特別有利的情節。相反，根據原審法院所認定的事實，上訴人在一個晴天、路面乾爽和交暢順的下午時分，仍然可以在道路的交匯處發生如此嚴重的意外，不但顯示其極高的過失程度(注意：在此我們不能再次考慮嫌犯的不遵守強制停車符號的重過失的情節，因為此情節已經進入其行為的被控告的罪名的構成要件之中)，而且所觸犯的犯罪屬本澳常見，屢禁不止，對公共道路安全帶來的負面影響而提出的對相關犯罪的一般預防的要求亦應相對較高，原審法院對上訴人觸犯的一項「重過失嚴重傷害身體完整性罪」可判處 1 年 7 個月至 3 年以及三項「重過失傷害身體完整性罪」可判處 1 年 1 個月至 2 年分別判處 2 年 2 個月、1 年 6 個月、1 年 6 個月和 1 年 8 個月徒刑，以及在並罰時於數罪的抽象刑幅為 2 年 2 個月至 6 年 10 個月的刑幅之內，僅選擇

3 年 6 個月的單一刑罰，在案中相關情節及其他須考慮的因素的情況下，有關刑罰無任何過重之處。

根據《刑法典》第 48 條第 1 款的規定，經考慮行為人的人格、生活狀況、犯罪前後之行為及犯罪之情節，認為謹對事實作譴責並以監禁作威嚇可適當及足以實現處罰之目的者，法院得將科處不超逾三年之徒刑暫緩執行。

基於上訴人被判處 3 年 6 個月徒刑，明顯沒有考慮緩刑的空間。

因此，上訴人的這部分的上訴理由也不成立。

（三）精神損害賠償

民事原告上訴人認為原審法院確定的 12 萬澳門元的精神賠償的金額過低，請求予以增加，至少應該判處 70 萬澳門元的賠償。

我們知道，本案所涉及的是對過失而產生的精神損害賠償或非物質損害賠償金額的訂定，由法官依公平公正原則作出，而法官只能根據每一個案中已證事實及具體情況作出考慮，⁷ 而不可能以其他個案或判決中某個可量化的項目作為衡量精神損害賠償的指標，更不可能存在一計算精神損害賠償的公式。⁸

我們理解，人體以及身心的健康是無價的，法律規定對受害人的精神損害賠償也不過是通過金錢的賠償讓受害人得到一些精神安慰而已，而不能理解為完全的肉體的價值化。

原審法院在說明理由的時候，在考慮了行為人的過錯程度，其與受害人的經濟狀況及有關事件的其它情況，並考慮憑藉賠償以抵消受害人所遭受的痛楚、傷感及不快，確定了 12 萬元的精神損害賠償金額。

我們知道，原審法院在依照衡平原則確定賠償金額的時候，上級法院的介入僅限於明顯錯誤的情況。

依據已證事實顯示：

⁷ 參見中級法院 2000 年 6 月 15 日第 997 號民事上訴案合議庭裁判。

⁸ 參見中級法院 2005 年 4 月 7 日第 59/2005 號刑事上訴案合議庭裁判。

- 事故直接及必然地導致 B 前顱底骨折，可疑蛛網膜下腔出血，右額部擦傷，直至法醫進行鑑定之日，B 仍間有頭暈及雙上肢肌力輕度減弱，有關傷勢對 B 身體完整性造成嚴重傷害，共需 3 個月康復。（傷勢詳見卷宗第 121 頁的臨床法醫學意見書）
- 請求人受傷後，被送往仁伯爵綜合醫院進行治療，其後轉往鏡湖醫院門診隨訪。
- 請求人被評定的傷殘率（長期部分無能力）為 10%（頭痛 5%+ 記憶力下降 5%）。
- 請求人於 2016 年 10 月 4 日起於威尼斯人澳門股份有限公司任職 GUEST SERVICE AGENT，主要職務為駕駛 VIP 車輛接載客人，月薪為澳門幣 14,620 元。
- 請求人於 1959 年 X 月 X 日出生。
- 請求人因是次交通意外而受到痛楚、不適，並出現負面的情緒狀況。
- 請求人在住院期間曾出現行動不便的情況，需要家人照顧。

單純根據這些事實，一方面考慮到受害人的受傷程度，受傷以及接受治療所持續的時間和次數，受傷後在心理上和精神上對其的影響程度，另一方面考慮到行為人作為唯一過錯方，尤其是在重過失的犯罪行為所造成的嚴重後果的情節以及上訴人的傷殘率，不難得出結論：原審法院所確定的 12 萬元的賠償金額明顯過低，應該適當予以增加。

在這種考慮的前提下，我們認為確定 30 萬澳門元的賠償金額比較合適。

民事原告上訴人的上訴理由部分成立。

四、決定

綜上所述，中級法院合議庭裁定：

- 嫌犯上訴人的上訴理由不成立，維持被上訴的刑事判決；
- 民事原告的上訴理由部分成立，改判被告保險公司應向其賠償的精神損害的金額為 30 萬澳門元。

本程序的刑事部分的訴訟費用由嫌犯上訴人支付，以及支付 5 個計算單位的司法費；附帶民事請求部分的上訴的訴訟費用由上訴人於被上訴人按落敗部分的比例分別承擔。

澳門特別行政區，2019 年 5 月 30 日

蔡武彬

陳廣勝

譚曉華